



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026**  
**(Lei 14.133/2021)**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/0009133	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: NÃO		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017.		
OBJETO		
Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando magistrados, servidores, funcionários cedidos de outros órgãos, estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior, que constituem um <b>Lote Único</b> , conforme especificações constantes dos Anexos que integram este edital.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
<a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a>	11/03/2026	11:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL		

O Edital está disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (<https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), e no **Portal de Compras do Governo Federal** – ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)).

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357</a>
Instrução Normativa nº 17/2025	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240</a>
Resolução CNJ nº 7/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187</a>
Resolução CNJ nº 9/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189</a>
Resolução CNJ nº 181/2013	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873</a>
Resolução CNJ nº 207/2015	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2189">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2189</a>
Resolução CNJ nº 229/2016	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300</a>
Resolução CNJ nº 351/2020	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557</a>

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará licitação na modalidade “**PREGÃO**”, do tipo “**MENOR PREÇO**”, na forma “**ELETRÔNICA**”, modo de disputa “**ABERTO**”, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2724/2023, desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 09/2005, 181/2013, 207/2015, 229/2016 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

Anexo	Descrição
<b>Anexo I</b>	<b>Termo de Referência</b>
<b>Anexo I-A</b>	<b>Locais e Quantidades</b>
<b>Anexo I-B</b>	<b>Endereços</b>

Anexo II	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
Anexo IV	Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços
Anexo V	Minuta de Contrato a ser celebrado

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando magistrados, servidores, funcionários cedidos de outros órgãos, estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior, que constituem um **Lote Único**, conforme especificações constantes dos Anexos que integram este edital.

**1.2. Catálogo de Serviços (CatSer):** 25364 – Serviço de Vacinação

**1.3.** A licitação será realizada em **Lote Único**, constituído por mais de uma Comarca, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**), devendo o licitante oferecer proposta para todas as Comarcas que o compõem.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo II**.
- 2.6.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.7.** A subcontratação parcial do objeto é permitida, nos termos dos itens 5.1.3.1 e 15.1.7 do **Anexo I**:
- 2.7.1.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 2.7.2.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- 3.1.1.** Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.1.2.** Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- 3.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
  - 3.1.3.1.** impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;
  - 3.1.3.2.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
  - 3.1.3.3.** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.1.4.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.5.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

- 3.1.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
  - 4.2.1.** Ao formular a proposta de preço, a licitante deverá indicar os seguintes elementos:
    - 4.2.1.1.** O preço unitário por dose vacinal fornecida e aplicada, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
      - 4.2.1.1.1.** No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços do Estado de São Paulo, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
      - 4.2.1.1.2.** O valor equivalente à isenção do ICMS, a que se refere o art. 55, do Anexo I do mencionado Regulamento,

obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento.

**4.2.1.1.3.** O instituto da isenção do ICMS não se aplica nos casos de:

**4.2.1.1.3.1.** Aquisição de bens ou mercadorias de fornecedores domiciliados fora do Estado de São Paulo;

**4.2.1.1.3.2.** Aquisição de bens, mercadorias e prestações de serviços adquiridos com o ICMS retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição tributária;

**4.2.1.1.3.3.** Aquisição de bens ou mercadorias importadas que possuam similares produzidos no Brasil.

**4.2.2.** Em atendimento ao subitem 5.7.2 do edital, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance:

**4.2.2.1.** A composição do valor final ofertado, indicando o preço unitário e total por **dose vacinal a ser fornecida e aplicada**, tanto da dose franqueada quanto da dose excedente, que deverão ser iguais, nos termos do item 2.3 do **Anexo I** do edital;

**4.2.2.2.** Preço global contratual do Lote Único (incluindo a estimativa de doses excedentes);

**4.2.2.3.** Além de informar marca, laboratório e procedência da vacina a ser fornecida, observadas as especificações do termo de referência constante do **Anexo I** deste Edital.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.

**4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e,
- 4.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar o **preço unitário por dose vacinal a ser fornecida e aplicada** (incluídas as doses franqueadas e excedentes) para os serviços solicitados no Termo de Referência e seus Anexos.
- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.22.** No momento a que se refere o **subitem 4.2.1**, deverão ser indicadas na proposta as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:
- 4.22.1.** Da empresa:
- a) Número do CNPJ;
  - b) Razão Social;
  - c) Endereço completo;
  - d) Telefone(s) comercial; e,
  - e) E-mail comercial.
  - f) Dados bancários: Banco, agência e número da conta corrente.
- 4.22.2.** Do(s) representante(s):
- a) Nº do CPF;
  - b) Nome completo;
  - c) e-mail;
  - d) Telefone;
  - e) Se é sócio administrador; e,
  - f) Se é signatário do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

### **5.1. Da abertura da sessão pública**

- 5.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## 5.2. Da formulação de lances

- 5.2.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.2. O lance deverá ser ofertado pelo **PREÇO UNITÁRIO por dose vacinal a ser fornecida e aplicada** (incluídas as doses franqueadas e excedentes).
- 5.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta referente ao **preço unitário por dose vacinal a ser fornecida e aplicada** deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).
- 5.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.2.7. O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.2.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### **5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte**

- 5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

- 5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.3.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.3.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.4. Do critério de desempate**
- 5.4.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.4.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.4.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.4.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais

para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 5.4.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.4.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 5.4.2.5.** persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - a)** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
  - b)** empresas brasileiras;
  - c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.4.2.6.** caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

## **5.5. Da negociação**

- 5.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.5.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.5.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.5.5.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.5.5.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no item 5.5.5, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.5.6.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **5.6. Da classificação das propostas**

**5.6.1.** Serão desclassificadas as propostas que:

**5.6.1.1.** contiverem vícios insanáveis;

**5.6.1.2.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos;

**5.6.1.3.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**5.6.1.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

**5.6.1.5.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.

**5.6.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.6.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

**5.6.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.

- 5.6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## 5.7. Da aceitabilidade do preço

- 5.7.1. A aceitabilidade da proposta será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a qual não poderá ser superior ao **valor unitário de R\$ 90,27 (noventa reais e vinte e sete centavos) tanto da dose franqueada quanto da dose excedente (que deverão ser iguais), que corresponde ao valor global de R\$ 3.610.800,00 (três milhões, seiscentos e dez mil e oitocentos reais) previsto para 40.000 (quarenta mil) doses.**
- 5.7.2. Para verificação de aceitabilidade, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar a proposta comercial e informações, na forma indicada no item 4.2 deste edital, com valores adequados ao preço final ofertado, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 5.7.3. O prazo para envio da planilha de formação de preços será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.7.4. Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará a planilha de composição de preços apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.
- 5.7.4.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 5.7.4.2. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

## 6. DA HABILITAÇÃO

### 6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 6.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
  - 6.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos atuais administradores ou dirigentes;
  - 6.1.3. No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
  - 6.1.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
  - 6.1.5. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
  - 6.1.6. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.2. Dos documentos de qualificação técnico-operacional:**
- 6.2.1. Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no item 14 do **Anexo I**.
  - 6.2.2. Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
  - 6.2.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
  - 6.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 6.2.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.2.6.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados.
- 6.2.7.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- 6.2.7.1.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- 6.2.7.2.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- 6.2.7.2.1.** Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- 6.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:**
- 6.3.1.** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 6.3.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.3.3.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), da sede do licitante;

- 6.3.4.** Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.3.5.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:**

- 6.4.1.** A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e possua, no **último exercício social**, de acordo com o **nível 3** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 deste TJSP:
- 6.4.1.1.** patrimônio líquido de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do **valor estimado da contratação referente a dose franqueada (24.000 unidades)**; e
- 6.4.1.2.** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 6.4.1.2.1.** caso quaisquer dos índices de Liquidez Geral (LG), de Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG) sejam iguais ou inferiores a 1 (um), o patrimônio líquido a ser comprovado será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 6.4.2.** A comprovação deverá ser feita mediante:
- 6.4.2.1.** Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e

8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.

**6.4.2.1.1.** o balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação aos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**6.4.2.1.2.** os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**6.4.2.2.** A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.

**6.4.2.3.** Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para a contratação.

**6.4.3.** O cálculo dos indicadores relacionados no **item 6.4.1** poderá ser realizado com base na documentação contábil:

**6.4.3.1.** do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;

**6.4.3.2.** da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.

**6.4.4.** Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**6.5. Outros documentos:**

**6.5.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo II**).

**6.6. Da autenticidade dos documentos:**

**6.6.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Pregoeiro(a), mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

**6.6.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

**6.7. Do julgamento de habilitação**

**6.7.1.** Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**6.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**6.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo II (Declaração Unificada)**.

**6.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos

para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**6.7.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**6.7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**6.7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.7.7.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**6.7.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**6.7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).

**6.7.8.1.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **subitem 6.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 6.7.9.1.** Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital / Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 6.7.10.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,
- 6.7.10.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.7.11.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.7.12.** Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.
- 6.7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 6.7.8.1.1.**
- 6.7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 6.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes

de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.

**6.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

**6.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**6.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**6.7.18.2.** A sessão pública será suspensão pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal.

**6.7.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal.

**6.7.18.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.

**6.7.19.** Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

## **6.8. Considerações gerais**

- 6.8.1.** A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 6.8.2.** As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 6.8.3.** As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

## 7. DO RECURSO

- 7.1.** As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
  - 7.1.1.** Se houver a necessidade de apresentação de documentos atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: [gpac@tjsp.jus.br](mailto:gpac@tjsp.jus.br).
  - 7.1.2.** Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observado o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 7.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 7.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 7.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 7.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 7.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.

- 7.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br).
- 7.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 7.12.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 8.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

## **9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

- 9.1.** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

- 9.2. A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:
- 9.2.1. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  - 9.2.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

- 10.1. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.
- 10.1.1. **Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer outro e-mail ou link.**
  - 10.1.2. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.
  - 10.1.3. A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
  - 10.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.1.5. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 11. DO CONTRATO

### 11.1. Dos prazos de assinatura

**11.1.1.** Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato e o **Anexo III** (Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados do Contrato), por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.

**11.1.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**11.1.1.2.** O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá possuir o certificado digital (e-CPF) válido.

**11.1.1.3.** Na impossibilidade do contrato e o **Anexo III** serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, a licitante vencedora será convocada para assiná-los fisicamente.

**11.1.1.4.** O licitante vencedor deverá informar na proposta o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura do contrato e do **Anexo III**.

**11.1.1.5.** A licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo III**, através de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.

**11.1.2.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**11.1.3.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no

prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**11.1.4.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

**11.1.5.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

**11.1.5.1.** Sicaf;

**11.1.5.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**11.1.5.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**11.1.5.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**11.1.5.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**11.1.5.6.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

**11.1.5.7.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

- 11.1.6.** A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**11.2. Do prazo de vigência**

- 11.2.1.** O prazo da vigência contratual será conforme item 2.4 do **Anexo I**.
- 11.2.2.** O início da execução dos serviços será de acordo com o estabelecido no item 7.1 do **Anexo I**.

**11.3. Do reajuste**

- 11.3.1.** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **26/01/2026**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

**11.4. Do equilíbrio econômico-financeiro**

- 11.4.1.** O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

**11.5. Do local de entrega e execução do objeto**

- 11.5.1.** Os locais para a entrega e aplicação das vacinas constam no item 6.1 do **Anexo I**.

**11.6. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

- 11.6.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.
- 11.6.2.** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

- 11.6.2.1.** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
- 11.6.2.2.** Nome da empresa contratada;
- 11.6.2.3.** Descrição sucinta dos acontecimentos.
- 11.6.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br).
- 11.6.4.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.
- 11.7. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados**
- 11.7.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**).
- 11.8.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.8.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo:
- 11.8.1.1.** sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**11.8.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**11.8.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

**11.8.2.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade quanto ao disposto no subitem anterior e que, se aprovado, deverá ser formalizado através de termo aditivo.

## 12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

**12.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2724/2023.

**12.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I**.

**12.3.** Na ausência de prazos no **Anexo I**, fica estabelecido que:

**12.3.1.** o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e,

**12.3.2.** o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**12.4.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I**.

**12.5.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.

**12.6.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.

**12.7.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:

- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
- b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e,
- c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.

**12.8.** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas nos **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

### 13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**13.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** Atuação na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.

**13.3.** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**13.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

### 14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**14.1.** O prazo para pagamento será conforme o item 9.5 do **Anexo I**.

**14.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

- 14.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 14.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 14.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 14.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 14.2.
- 14.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.
- 14.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no subitem 14.1 será interrompido.
- 14.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 14.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 14.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria

da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.

**14.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

**14.7.** A empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).

**14.8.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

**14.9.** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a contratada estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.

**14.9.1.** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.

**14.10.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 3.3.90.39.46 – Fonte 176020005.

## 15. DAS SANÇÕES

**15.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.

**15.2.** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos **Anexos** deste Edital, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 15.2.1.** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 15.2.2.** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 15.2.3.** 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.2.4.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.2.5.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;
- 15.2.6.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, ou execução de serviço de garantia em obra.
- 15.3.** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedido de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**15.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15.4.1.** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 15.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 15.4.

**15.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

**15.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.

**15.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

**15.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 16.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 16.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)
- 16.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 16.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 16.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 16.5.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade

estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

- 16.5.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

## 17. DO FORO

- 17.1.** Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa  
**Coordenadora de Licitações e Compras**  
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes  
**Diretor de Licitações e Suprimentos**  
SAAB 5



## Pregão Eletrônico nº 90021/2026

		FOLHAS
ANEXO I	– TERMO DE REFERÊNCIA	41 a 53
ANEXO I-A	– LOCAIS E QUANTIDADES	54
ANEXO I-B	– ENDEREÇOS	55 a 69
ANEXO II	– DECLARAÇÃO UNIFICADA – LEI 14.133/2021	70 a 71
ANEXO III	– TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS	72 a 74
ANEXO IV	– RELATÓRIO DO RESULTADO DA PESQUISA DE PREÇOS	75 a 79
ANEXO V	– MINUTA DE CONTRATO A SER CELEBRADO	80 a 90

# ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei 14.133/2021)

### 1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior.

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 2.1. Natureza do Objeto

A natureza do objeto a ser contratado é a aquisição de vacinas e a prestação de serviços de aplicação por escopo, atendendo a Campanha de Vacinação Contra Gripe no ano de 2026, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com características e padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

#### 2.2 Aquisição

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo conforme art. 20 da Lei nº 14133 de 2021.

*“Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.”*

#### 2.3 Quantitativo

A quantidade solicitada é o fornecimento estimado de 40.000 (quarenta mil) doses e gestos vacinais, para atender a Campanha de Vacinação da gripe do ano de 2026 nos Magistrados, Servidores, Estagiários e Terceirizados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Está previsto o fornecimento e a aplicação de 24.000 (vinte e quatro mil) doses de vacinas, sendo 16.000 (dezesesseis mil) doses excedentes que poderão ser aplicadas no caso de demanda superior ao previsto.

Lote Único – Fornecimento de doses e aplicação de vacina tetravalente contra a gripe (influenza).

Item	Código ALX	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Qtde
01	55.1122	Fornecimento de vacina e aplicação	Unidade	24.000
02	55.1122	Fornecimento de vacina e aplicação excedente	Unidade	16.000

**2.3.1.** O item 01 trata de fornecimento de doses de vacina e aplicação de vacina que terão o seu pagamento efetuado independente de sua utilização e realização.

**2.3.2.** O item 02 será solicitado e realizado conforme demanda do Contratante e pagos apenas na quantidade solicitada e realizada.

#### 2.4. Prazo de Contrato

**2.4.1** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

**2.4.1.1.** O início da vigência contratual será a partir da Ordem de início da prestação de serviços/fornecimento a ser emitida pelo(a) Gestor(a), podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

Visando dar atendimento ao determinado pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que consiste na Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, o objetivo da presente contratação é zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário. A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação ou Aviso de Contratação Direta, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

**4.1** A empresa contratada deverá ser capaz de disponibilizar 24.000 (vinte e quatro mil) doses de vacina da gripe, do tipo tetravalente, e aplicar as vacinas (realizar o gesto

vacinal), nos Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outro órgão, Estagiário e Funcionários Terceirizados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**4.2** A empresa realizará a aplicação em todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, capital e interior (**Anexo I-A e Anexo I-B**).

**4.3** As vacinas deverão cumprir o exigido pela Instrução Normativa da Anvisa nº 408 de 24 de novembro de 2025, que dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil.

**4.4** A empresa deverá ser responsável pelo armazenamento, acondicionamento e transporte em veículo próprio, cadastrado na Vigilância Sanitária, e em caixas térmicas em temperatura adequada (+2 a +8°C), até o momento da efetiva aplicação e na distribuição entre as comarcas, juntamente com a aplicação, em dia previamente agendado, em cronograma aprovado pelos gestores da área, procedendo ao monitoramento da temperatura por meio de registros em impressos. Todas as embalagens deverão proporcionar a devida proteção durante o transporte e a estocagem, garantindo a integridade do imunobiológico.

**4.5** Poderão ser requisitadas doses excedentes de vacinas e gesto vacinal em até 16.000 (dezesesseis mil) doses que poderão ser aplicadas no caso de demanda superior ao previsto, totalizando o máximo de 40.000 (quarenta mil) doses, dentro do prazo de vigência contratual.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

### **5.1. Sustentabilidade**

- 5.1.1** O serviço realizado deverá ter um caráter sustentável, evitando-se desperdícios, buscando separar materiais recicláveis dos não recicláveis, descartando materiais contaminantes em recipientes próprios e em locais apropriados, assim como os medicamentos inutilizados, garantindo a proteção à saúde humana e ao meio ambiente.
- 5.1.2** A Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 2005 e RDC 222, de 2018- ANVISA.
- 5.1.3** A Contratada deverá garantir a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde, conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005 e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 da ANVISA.

**5.1.3.1** A Contratada fica autorizada a subcontratar armazenamento, estocagem e gesto vacinal, desde que a subcontratação seja previamente comunicada e justificada à Contratante e esteja em conformidade com a legislação vigente, em especial com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC ANVISA nº 222/2018.

## 6. LOCAIS DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

### 6.1 Locais de Entrega

A aplicação das vacinas deverá acontecer nas dependências dos prédios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior. Endereços disponibilizados no **Anexo I-B**.

#### 6.1.1. Local para contato

##### Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SGP 5.3.2 Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida  
Rua da Consolação, nº 1483, 6º andar - Consolação - São Paulo, SP  
CEP: 01301-100

Tel: (11) 2711-1814

E-mail: [asalvadori@tjsp.jus.br](mailto:asalvadori@tjsp.jus.br);  
[tmizusaki@tjsp.jus.br](mailto:tmizusaki@tjsp.jus.br);  
[enfermagem@tjsp.jus.br](mailto:enfermagem@tjsp.jus.br).

Contatos: **Anita Salvadori Randi e Tatiana Mizusaki**

## 7. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

### 7.1. Prazo de início da Prestação de Serviço

**7.1.1** O serviço deverá ser executado em até 180 (cento e oitenta) dias, com início em até 7 (sete) dias corridos contados da data de emissão da Ordem de início da prestação de serviços e fornecimento a ser emitida pelo(a) Gestor(a), com a disponibilização da mão de obra especializada nos locais discriminados no **Anexo I-B** (Endereços).

**7.1.2** A aplicação das vacinas deverá ocorrer no horário compreendido entre 9:00 e 17:00 horas, de acordo com o cronograma estabelecido pelo(a) Gestor(a).

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

**8.1** O objetivo deste contrato é a aplicação estimada de 40.000 (quarenta mil) doses de vacinas tetravalentes contra a gripe, para a campanha de vacinação da Gripe 2026 em Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outro órgão, Estagiários e Funcionários Terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e Interior, sendo disponibilizadas inicialmente 24.000 (vinte e quatro mil) doses e aplicação (*Anexo I-A*).

**8.2** Será de inteira responsabilidade da Contratada o adequado armazenamento, transporte, controle e aplicação do imunobiológico.

**8.3** A Contratada deverá apresentar antes do início das atividades, um cronograma com data e horário da aplicação em cada comarca/prédio.

**8.4** A empresa contratada deverá encaminhar diariamente, a quantidade de doses aplicadas, por Comarca/prédio à Supervisão do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida – SGP 5.3.2, pelo endereço eletrônico da Supervisão: [asalvadori@tjsp.jus.br](mailto:asalvadori@tjsp.jus.br); [tmizusaki@tjsp.jus.br](mailto:tmizusaki@tjsp.jus.br); [enfermagem@tjsp.jus.br](mailto:enfermagem@tjsp.jus.br); e/ou pelos telefones de contato: (11) 2711-1764, (11) 2711- 1814.

**8.5** A empresa contratada deverá encaminhar, no final da prestação do serviço, folha de rosto de cada Comarca/prédio, contendo: quantidade de doses aplicadas, nome e registro COREN dos profissionais de enfermagem, e assinada pelo enfermeiro e/ou responsável pela Administração da Comarca/Prédio e lista controle das aplicações contendo: data, nome, matrícula ou número de identificação, à Supervisão do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida – SGP 5.3.2, pelo endereço eletrônico da Supervisão: [asalvadori@tjsp.jus.br](mailto:asalvadori@tjsp.jus.br); [tmizusaki@tjsp.jus.br](mailto:tmizusaki@tjsp.jus.br); [enfermagem@tjsp.jus.br](mailto:enfermagem@tjsp.jus.br)

**8.6** Poderão ser requisitadas doses excedentes de vacinas e gesto vacinal em até 16.000 (dezesesseis mil) doses que poderão ser aplicadas no caso de demanda superior ao previsto, dentro do prazo de vigência contratual.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO alínea “f”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

### 9.1. Área Administrativa

**9.1.1 Unidade solicitante:** SGP 5.3 – Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde

**9.1.2 Secretaria responsável:** Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

### 9.1.3 Equipe de Planejamento da contratação:

#### **Paula de Sousa e Castro - Gestora do Contrato**

Coordenadora de Assistência e Promoção de Saúde - SGP 5.3

#### **Anita Salvadori Randi - Suplente do Gestor do Contrato**

Supervisora do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida  
- SGP 5.3.2

#### **Tatiana Mizusaki – Fiscal do Contrato**

Chefe de Seção Técnica Judiciário do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2

## 9.2 Protocolo de Comunicação

**9.2.1** Os prazos previstos neste Termo de Referência serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021 (e suas alterações).

**9.2.2** Quando encaminhada ao e-mail indicado no contrato, considerar-se-á como data de início do prazo o primeiro dia útil seguinte ao envio da notificação eletrônica, independentemente de confirmação por parte da contratada.

**9.2.3** A notificação eletrônica encaminhada por e-mail será considerada válida mediante aviso de notificação de entrega pelo servidor de e-mail do Tribunal de Justiça.

## 9.3 Recebimento Provisório

**9.3.1** O recebimento provisório será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do relatório final de aplicação das vacinas.

**9.3.2** O recebimento provisório consistirá na conferência da estatística diária entregue, em cotejo com o documento fiscal entregue pela Contratada.

## 9.4 Recebimento Definitivo

**9.4.1** O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias

úteis, contados a partir do recebimento provisório.

**9.4.2** O recebimento definitivo consistirá na conferência detalhada da listagem de doses aplicadas em cada comarca/prédio.

## **9.5 Condições de Pagamento**

O pagamento será em 30 (trinta) dias da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, pela quantidade total de vacinas e gestos vacinais, limitados entre 24.000 (vinte e quatro mil) e 40.000 (quarenta mil) doses.

## **9.6 Acordo de nível de serviço**

Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado ser de execução imediata.

## **9.7 Hipótese de glosa**

Na eventual falta de vacina e aplicação das vacinas, deverá haver a reposição em tempo hábil, caso contrário, o pagamento estará sujeito ao desconto proporcional.

## **9.8 Sanção Administrativa (multa) (item 14, pag. 41, GUIA CNJ)**

Será observado o disposto no artigo 107 do Provimento CSM nº 2.724/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Caso aplicável, deverão ser indicados os tipos de sanções previstas no edital ou contrato, bem como — para a penalidade de multa — a base de cálculo e os percentuais correspondentes a serem aplicados na hipótese de descumprimento contratual.

Na ausência de base de cálculo clara e de percentuais expressamente definidos, a multa poderá ser fixada em valor nominal, por equidade, proporcional à extensão da inadimplência verificada, conforme orientação do Guia CNJ (item 14, pág. 41).

### **9.8.1 Aplicação da Multa**

A multa será aplicada após regular processo administrativo, assegurada a manifestação da Contratada dentro do prazo legal.

O valor da multa poderá ser descontado de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à Contratada.

### **9.8.2 Inscrição em dívida ativa**

Não havendo pagamentos futuros suficientes para absorção da multa, o valor devido poderá ser inscrito em dívida ativa do Estado, com posterior

execução judicial, além da inclusão da empresa no CADIN Estadual, nos termos das normas vigentes.

### 9.8.3 Demais sanções

Além da multa, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração e nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- c) Declaração de inidoneidade, quando cabível;
- d) Outras sanções previstas em legislação específica.

Todas as penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, observada a proporcionalidade e a motivação adequada.

## 9.9 Extinção do contrato

9.9.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações, conforme Lei 14.133/2021, artigo 137:

- a) Falta de capacitação e experiência da empresa contratada, para a execução da prestação de serviço do gesto vacinal;
- b) Falta de capacitação para a devida guarda e transporte das vacinas, durante todo o período do contrato;
- c) Ausência de profissionais devidamente aptos e capacitados tecnicamente e com registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo COREN/SP.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

## 11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

**11.1** A estimativa do valor da contratação é de R\$ 3.610.800,00 (três milhões, seiscentos e dez mil e oitocentos reais).

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**12.1** A adequação orçamentária está demonstrada no item 14.10 do Edital.

**13. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (ARTS. 96 da Lei nº 14.133/2021)**

**13.1** Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado ser de baixa complexidade, baixo valor e de baixo risco, assim a exigência de prestação de garantia com obrigação de apresentação de: a) caução, dinheiro ou títulos da dívida pública b) seguro- garantia ou c) fiança bancária, é desarrazoada para a presente contratação, gerando despesas adicionais desnecessárias.

**13.2** Basicamente a exigência da prestação de garantia na contratação serve para cobrir os prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Tribunal de Justiça ao contratado e as obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, as quais não estão presentes no objeto a ser contratado.

**14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021 / art. 30 do Provimento CSM nº 2.724/2023)**

**14.1 Qualificação Técnico-Profissional** (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021) A licitante deverá disponibilizar:

**14.1.1** Declaração de ciência de que deverá apresentar registro do responsável técnico da empresa, profissional enfermeiro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), com habilitação necessária para execução dos serviços, em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato.

**14.2 Qualificação Técnico-Operacional** (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

**14.2.1** Comprovação de que possui experiência técnico-operacional, através de atestados emitidos em nome da empresa licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, assinado, com telefone e e-mail, CNPJ e endereço de identificação do assinante, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante realizou prestação de serviço de vacinação, observando que deverá apresentar:

**14.2.1.1** Alvará de Localização e Funcionamento para exercício da atividade objeto desta

Contratação emitido pelo município em que estiver localizada a sede ou domicílio da empresa.

**14.2.1.2** Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) para o serviço de imunização, emitido pelo órgão competente de Vigilância Sanitária em que estiver localizada a sede ou domicílio da empresa.

**14.2.1.3** Apresentar o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) da empresa e do(s) responsável(i)s técnico(s) da empresa.

**14.2.1.4** Deverão ser apresentados atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado ou estar executando, a contento, os serviços de natureza e vulto similar ao desta licitação, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total estimado deste certame (20.000 (vinte mil) doses e aplicações), em conformidade com o subitem 2.3 deste Termo de Referência.

**14.2.1.5** Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos.

**14.3 Indicação de pessoal técnico** (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

Apresentar declaração de ciência de que deverá indicar em 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato a indicação do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do do gesto vacinal citado no certame, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

## 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**15.1** A Contratada deverá disponibilizar profissionais competentes, devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo - COREN, para aplicação das vacinas nos prédios relacionados no **Anexo-I B**.

**15.1.1** As equipes deverão ser compostas por, pelo menos, dois profissionais de enfermagem para campanha em cada local, sendo obrigatoriamente 1 (um) enfermeiro, independentemente do número de interessados.

**15.1.2** Os profissionais deverão ser dotados de meios de comunicação efetivos com a gerência operacional da empresa, como por exemplo, aparelhos celulares.

**15.1.3** Fornecer todos os insumos necessários à aplicação das vacinas: 24 mil seringas e agulhas (se a vacina não for monovalente já em seringa única e agulhada),

Luvas Descartáveis, 24 mil Swabs de álcool (lenço umedecido com álcool isopropílico a 70% para assepsia da pele), 24 mil curativos tipo Blood Stop (curativo adesivo projetado para estancar sangramentos rapidamente), caixas para descarte de material perfurocortante, álcool gel e insumos adequados para a Coleta de Lixo Comum e Contaminante. Na necessidade de ampliação a Contratada deve ser capaz de fornecer todos os insumos necessários para um excedente de até 16.000 (dezesesseis mil) doses.

**15.1.4** Armazenar, acondicionar e transportar as vacinas em veículo próprio, cadastrado na Vigilância Sanitária, e em caixas térmicas em temperatura adequada (+2°C a +8° C), até o momento da efetiva aplicação, procedendo ao monitoramento da temperatura por meio de registros diários (três vezes ao dia). Todas as embalagens deverão proporcionar a devida proteção durante o transporte e a estocagem, garantindo a integridade do imunobiológico e manutenção da Cadeia de Frio.

**15.1.5** Proceder à aplicação das doses nos locais indicados e conforme quantidades estimadas especificadas no **Anexo I-A** e **Anexo I-B**.

**15.1.5.1** Em nenhuma hipótese as doses vacinais poderão ser deixadas sob a guarda de servidores dos prédios onde serão realizadas as imunizações.

**15.1.6** Possuir autorização da Vigilância Sanitária para aplicação de vacinação extramuros, que atenda as diretrizes para o funcionamento de Serviços de Saúde com atividades de vacinação para a profilaxia de doenças infecciosas imunopreveníveis no Estado de São Paulo, conforme a legislação vigente.

**15.1.7** Se a empresa contratada terceirizar o serviço contratado de armazenamento e estocagem e gesto vacinal, deverá apresentar documentação das empresas subcontratadas, provando a relação delas com o objeto desta licitação, inclusive autorização sanitária para atividade extramuros.

**15.1.8** Manter em poder da equipe, durante todo o período em que essa estiver em posse das vacinas, a Nota Fiscal do imunizante.

**15.1.9** Providenciar, diariamente, o gerenciamento adequado e descarte do lixo biológico, respeitando as normas de manuseio de resíduo de serviços de Saúde.

**15.2** Emitir comprovante de vacinação aos que receberam a vacina, preferencialmente contendo o número do lote da vacina e data de validade.

- 15.3** A Contratada deverá indicar o pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para o adequado armazenamento das vacinas para a realização do objeto da licitação (aplicação das vacinas), bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- 15.4** Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e material fornecido perante o Contratante, seus próprios funcionários e terceiros, bem como eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
- 15.5** Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
- 15.6** Indenizar o Contratante, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do Contratante, bem como danos físicos ou morais, causados aos funcionários do Contratante ou a terceiros.
- 15.7** Deverá ser solicitado o serviço público de remoção aos funcionários da Contratada que, nas dependências do Contratante, necessitarem de atendimento, conforme a seguir: ligar para 192 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), em caso de indisposição ou problemas de saúde, ou para 193 – Serviço de Resgate do Corpo de Bombeiros, em caso de acidente.
- 15.8** A Contratada deverá apresentar ao Contratante, o Cronograma de aplicação das vacinas, antes do início da campanha, para que sejam providenciadas todas as comunicações pertinentes.
- 15.9** A contratada deverá exigir que os seus técnicos estejam munidos de suas cédulas de identidade do Conselho Regional de Enfermagem (COREN/SP) válida (com data de emissão e validade).
- 15.10** O serviço realizado pela equipe deverá ter um caráter sustentável, evitando-se desperdícios, buscando separar materiais recicláveis dos não recicláveis, descartando materiais contaminantes em recipientes próprios para serem descartados em locais apropriados, assim como os imunobiológicos (vacinas) inutilizados, garantindo a proteção à saúde humana e ao meio ambiente.

**16. INDICAÇÃO DE PREPOSTO DA CONTRATADA (art. 118 da Lei nº 14.133/2021)**

**16.1** A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da prestação de serviço para representá-lo na execução do contrato.

**17. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)**

**17.1** Não se aplica, em virtude deste objeto não possuir potenciais riscos contratuais previstos e presumíveis que ensejem a elaboração de matriz de alocação de riscos.

## ANEXO I-A

### LOCAIS E QUANTIDADES

Capital – 6.000 doses

Grande São Paulo – 2.000 doses

2ª RAJ – Araçatuba – 1.000 doses

3ª RAJ – Bauru – 1.300 doses

4ª RAJ – Campinas – 3.300 doses

5ª RAJ – Presidente Prudente – 2.000 doses

6ª RAJ – Ribeirão Preto – 3.000 doses

7ª RAJ – Santos – 1.300 doses

8ª RAJ – São José do Rio Preto – 1.300 doses

9ª RAJ – São José dos Campos – 1.300 doses

10ª RAJ – Sorocaba – 1.500 doses

**TOTAL = 24.000 DOSES**

Na eventualidade de aplicação de doses superiores a prevista neste anexo, o(a) gestor(a) do contrato informará a empresa contratada a quantidade excedente, até o limite de 40.000 (quarenta mil) doses e gesto vacinal, por localidade do **ANEXO I-B**.

## ANEXO I-B – ENDEREÇOS

1ª RAJ - CAPITAL			
PRÉDIO	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE
Centro Administrativo - Consolação	Rua da Consolação - 1483	Consolação	(11) 2711-1665
Complexo Judiciário Ipiranga - Bloco I	Rua dos Sorocabanos - 680 - Ipiranga	Ipiranga	(11) 2914-4155
Complexo Judiciário Ipiranga - Bloco II	Praça Nami Jafet - 235	Ipiranga	(11) 2914-4155
Conselheiro Furtado 503 - Direito Privado	Rua Conselheiro Furtado - 503/511	Centro	(11) 3275-1946
Foro Regional VIII - Tatuapé	Rua Santa Maria - 257	Tatuapé	(11) 2097-0303
Foro Regional IV - Lapa	Rua Clemente Álvares - 100	Lapa	(11) 3831-5246
Foro Regional I - Santana	Avenida Engenheiro Caetano Alvares - 594	Casa Verde	(11) 3966-2704
Foro Regional II - Santo Amaro - Prédio Adolfo Pinheiro	Avenida Adolfo Pinheiro - 1992	Santo Amaro	(11) 5524-8974
Foro Regional II - Santo Amaro - Prédio Nações Unidas	Avenida das Nações Unidas - 22939 - Torre Brigadeiro	Santo Amaro	(11) 5541-8050
Foro Regional III - Jabaquara/Saúde	Rua Afonso Celso - 1065 - Bloco II	Vila Mariana	(11) 5549-7698
Foro Regional IX - Vila Prudente	Avenida Sapopemba - 3.740	Vila Diva	(11) 2154-4400
Foro Regional V - São Miguel Paulista	Av. Afonso Lopes de Baião - 1736	São Miguel Paulista	(11) 2054-0900
Foro Regional VI - Penha de França	Rua Doutor João Ribeiro - 433	Penha de França	(11) 2295-3466
Foro Regional VII - Itaquera	Avenida Pires do Rio - 3.915 - Jardim Norma	Itaquera	(11) 2051-8680
Foro Regional X - Ipiranga	Rua Agostinho Gomes - 1455/1457	Ipiranga	(11) 3489-2842
Foro Regional XI - Pinheiros	Rua Jericó s/ nº	Vila Madalena	(11) 3489-3641
Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó	Rua Tomás Ramos Jordão - 101 - Jd. Monteiro Soares	Freguesia do Ó	(11) 3991-9800

Foro Regional XV - Butantã	Av. Corifeu de Azevedo Marques, 148-150 - 148-150	Butantã	(11) 3721-6830
Fórum Brás - Varas Especiais da Infância e Juventude	Rua Piratininga - N° 105 - Térreo - sala 02	Brás	(11) 3208-7118
Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães - Criminal	Avenida Doutor Abraão Ribeiro - 313	Barra Funda	(11) 2127-9000
Fórum das Execuções Fiscais da Fazenda Pública - 35	Pça Almeida Júnior - 35	Liberdade	(11) 3277-3676
Fórum das Execuções Fiscais da Fazenda Pública - 72	Praça Almeida Junior - 72	Liberdade	(11) 3277-7853
Fórum do Juizado Especial Cível Central	Rua Vergueiro - 835	Paraíso	(11) 3207-5183
Fórum do Juizado Especial Cível Central - II	Rua Vergueiro - 857	Paraíso	(11) 32729-678
Fórum Hely Lopes Meirelles - (Fazenda Pública)	Viaduto Dona Paulina - n° 80	Centro	(11) 3242-2333
Fórum João Mendes Júnior	Pça João Mendes - s/n	Centro	(11) 2171-6000
Garagem Conde de Sarzedas	Rua Conde de Sarzedas - 17	Centro	(11) 3107-4595
Lavarrápido - Moóca (Conservação de Viaturas)	R. da Moóca - 653	Moóca	(11) 3207-5362
Prédio Administrativo Brigadeiro Luis Antônio	Av. Brigadeiro Luis Antonio - 849	Bela Vista	(11) 3101-8360
Prédio Administrativo da Glória	Rua da Glória - 459	Liberdade	(11) 3271-1884
Prédio Administrativo Melo Peixoto	Rua Melo Peixoto - 311 - Paralela-Radial Leste	Tatuapé	(11) 2098-5250
Prédio Administrativo – Serviço de Atendimento Psicossocial	Rua Tabatinguera - 140 - Cj. 101/102 - 1º andar	Centro	(11) 3106-2636
Prédio da Praça do Patriarca	Rua Direita - 250/256	Centro	(11) 4635-6401
Prédio Pedro Lessa	Praça Pedro Lessa - 61	Centro	(11) 3489-2049
Almoxarifado Central	Rua Carlota Luisa de Jesus - 50	Parque São Jorge	(11) 2296-4068
Tribunal de Justiça - GADE 23 de Maio	Rua Conde de Sarzedas - 38	Centro	(11) 3115-1234
Tribunal de Justiça - GADE 9 de Julho	Rua Conde de Sarzedas - 62/ - sala 409	Liberdade	(11) 3295-5750

Tribunal de Justiça - GADE I (Conselheiro Furtado 669)	Rua Conselheiro Furtado - 669	Liberdade	(11) 3274-1110
Tribunal de Justiça - GADE I (Conselheiro Furtado 705)	Rua Conselheiro Furtado - 705 - 1º andar	Liberdade	(11) 3277-2577
Tribunal de Justiça - GADE II (Conselheiro Furtad 688)	Rua Conselheiro Furtado - 688	Liberdade	(11) 3207-5578
Tribunal de Justiça - GADE MMDC	Av Ipiranga - 165	República	(11) 3489-5681
Tribunal de Justiça - Palácio da Justiça	Praça da Sé - s/n	Centro	(11) 3117-2200
Tribunal de Justiça - Pátio do Colégio	Pátio do Colégio - 73	Centro	(11) 3292-4900

1ª RAJ – GRANDE SÃO PAULO			
Circunscrição	Comarca	Endereço	Telefone
2ª CJ - São Bernardo do Campo	Diadema	Av. Sete de Setembro - 409/413	(11) 2763-8688
	São Bernardo do Campo	Rua 23 de Maio - 107	(11) 4330-1011
3ª CJ - Santo André	Mauá	Avenida João Ramalho - 111	(11) 4555-0244
	Ribeirão Pires	Avenida Prefeito Valdirio Prisco - 150	(11) 4828-1088
	Rio Grande da Serra	Rua Agostinho Cardoso - 176	(11) 4821-3343
	Santo André	Praça IV Centenário - 03 - Paço Municipal	(11) 4573-3246
	São Caetano do Sul	Praça Doutor Joviano Pacheco de Aguirre - s/nº	(11) 4238-8100
44ª CJ – Guarulhos	Arujá	Rua Albino Rodrigues Neves - 585	(11) 4655-4211
	Guarulhos	Rua José Maurício - 103	(11) 2408-8122
	Mairiporã	Rua Doutor José Adriano Marrey Jr. - 780	(11) 4419-0553
	Santa Isabel	Praça da Bandeira - s/n	(11) 4656-2455
45ª CJ - Mogi das Cruzes	Ferraz de Vasconcelos	Av. Santos Dumont - 1.535 - Térreo	(11) 4676-5067
	Guararema	Rua Expedicionário Brasília Pinto de Almeida - 42	(11) 4695-5074
	Itaquaquetuba	Estr. Santa Isabel - 1170/1194	(11) 4640-3454
	Mogi das Cruzes	Avenida Cândido Xavier de Almeida Souza - 159	(11) 4799-8877

	<b>Poá</b>	Av. Nove de Julho - 478	(11) 2388-9401
	<b>Suzano</b>	Avenida Paulo Portela - s/n	(11) 3489-2431
<b>4ª CJ – Osasco</b>	<b>Barueri</b>	Rua Desembargador Celso Luiz Limongi - 84	(11) 4635-5229
	<b>Carapicuíba</b>	Avenida Des. Eduardo Cunha de Abreu - 215	(11) 4184-3386
	<b>Jandira</b>	Avenida Antonio Bardella - 401	(11) 4707-4881
	<b>Osasco</b>	Avenida das Flores - 703	(11) 3681-9922
	<b>Santana de Parnaíba</b>	Rua Professor Eugênio Teani - 215	(11) 4154-1539
<b>52ª CJ - Itapequerica da Serra</b>	<b>Cotia</b>	Rua Topázio - 585 - Prédio Principal	(11) 4506-1233
	<b>Embu das Artes</b>	Av. Vereador Jorge de Souza - 855	(11) 4241-8449
	<b>Embu-Guaçu</b>	Rua Boa Vista - 10	(11) 4661-8130
	<b>Itapequerica da Serra</b>	Rua Major Matheus Rotger Domingues - 155	(11) 4666-7277
	<b>Itapevi</b>	Rua Vereador Dr. Cid Manoel de Oliveira - 405 - Prédio	(11) 4141-2370
	<b>Taboão da Serra</b>	Rua Mario Latorre - 96	(11) 4787-3812
	<b>Vargem Grande Paulista</b>	Avenida Miranda - 25 - Polo 40	(11) 4158-3202

<b>2ª RAJ – ARAÇATUBA</b>			
<b>Circunscrição</b>	<b>Comarca</b>	<b>Endereço</b>	<b>Telefone</b>
<b>35ª CJ – Lins</b>	<b>Cafelândia</b>	Avenida Dionísia Zucchi - 330	(14) 3554-1425
	<b>Getulina</b>	Rua Doutor Carlos de Campos - 660	(14) 3552-1394
	<b>Lins</b>	Rua Gil Pimentel Moura - 51	(14) 3522-3977
	<b>Promissão</b>	Avenida Rio Grande – 730	(14) 3541-1000
<b>36ª CJ – Araçatuba</b>	<b>Araçatuba</b>	Praça Doutor Maurício Martins Leite - 60	(18) 3623-5710
	<b>Bilac</b>	Rua Olavo Bilac – 466	(18) 3659-1203
	<b>Birigui</b>	Rua Faustino Segura - 214 - Prédio	(18) 3642-2105
	<b>Buritama</b>	Avenida Frei Marcelo Manília - 739	(18) 3691-1820
	<b>Guararapes</b>	Rua Luiz Lincoln de Oliveira - s/n - Prédio do Fórum	(18) 3606-1910
	<b>Penápolis</b>	Praça Doutor Carlos Sampaio Filho - 190	(18) 3652-0404
	<b>Valparaíso</b>	Rua Padre Mauro Eduardo - s/n	(18) 3401-1611
<b>37ª CJ - Andradina</b>	<b>Andradina</b>	Rua Paes Leme – 2052	(18) 3722-8200

	<b>Ilha Solteira</b>	Av. Brasil Norte - 1.680 - Quadra RJD04	(18) 3742-4336
	<b>Mirandópolis</b>	Rua Adelino Minari - 726	(18) 3701-1122
	<b>Pereira Barreto</b>	Rua Francisca Senhorinha Carneiro - s/n	(18) 3704-4343
55ª CJ - Jales	<b>Auriflama</b>	Rua Doutor Márcio da Mata Bianco , 52/25	(17) 3482-1319
	<b>Jales</b>	Rua Nove - 2.231	(17) 3632-6777
	<b>Palmeira d'Oeste</b>	Rua XV de Novembro - 48-71	(17) 3651-1317
	<b>Santa Fé do Sul</b>	Avenida Conselheiro Antonio Prado - 1662	(17) 3631-3115
	<b>Urânia</b>	Avenida Barão do Rio Branco - 818	(17) 3634-1800

3ª RAJ - BAURU			
Circunscrição	Comarca	Endereço	Telefone
23ª CJ - Botucatu	<b>Botucatu</b>	Praça Iole Dinucci Fernandes - s/nº	(14) 3112-7171
	<b>Conchas</b>	Rua Goiás - 521	(14) 3845-1023
	<b>Itatinga</b>	Rua Major Prado - 405	(14) 3848-2000
	<b>São Manuel</b>	Rua Ettore Targa - s/nº	(14) 3842-1070
24ª CJ - Avaré	<b>Avaré</b>	Rua: ABILIO GARCIA - 527 - Prédio	(14) 3733-8989
	<b>Cerqueira César</b>	Rua Olimpio Pavan - 355	(14) 3714-1015
	<b>Fartura</b>	Rua Anacleto Gonçalves Neves - 250	(14) 3382-1215
	<b>Itaí</b>	Praça da Colonização Japonesa - 220	(14) 3761-1771
	<b>Paranapanema</b>	Rua Doutor Fortunato Martins de Camargo - 610	(14) 3713-1146
	<b>Taquarituba</b>	Avenida Coronel João Quintino - 137	(14) 3762-1922
25ª CJ - Ourinhos	<b>Chavantes</b>	Rua Maria Ferreira - 44	(14) 3342-1926
	<b>Ipaussu</b>	Praça Doutor Breno Noronha - 374	(14) 3344-1015
	<b>Ourinhos</b>	Rua dos Expedicionários - 1895 - Prédio	(14) 3322-1144
	<b>Piraju</b>	Praça Joaquim Antonio Arruda - 126	(14) 3351-2896
	<b>Santa Cruz do Rio Pardo</b>	Av Doutor Cyro de Mello Camarinha - 606	(14) 3372-4077
32ª CJ - Bauru	<b>Agudos</b>	Rua Paulo Nelli - 276	(14) 3262-3668
	<b>Bauru</b>	Rua Afonso Pena - 5-40	(14) 3232-5698
	<b>Duartina</b>	Rua Sete de Setembro - 486	(14) 3282-1025

	<b>Lençóis Paulista</b>	Avenida Padre Salústio Rodrigues Machado - 599	(14) 3263-0055
	<b>Pirajuí</b>	Praça Doutor Pedro da Rocha Braga - 43	(14) 3572-1251
	<b>Piratinunga</b>	Rua Doutor José Lisboa Jr. - 67	(14) 3265-1126
33ª CJ - Jaú	<b>Bariri</b>	Avenida Claudionor Barbieri - 488	(14) 3662-3129
	<b>Barra Bonita</b>	Rua Prudente de Moraes - Praça Emydio Meira - 520 - Prédio	(14) 3641-1011
	<b>Dois Córregos</b>	Praça Francisco Simões - 142	(14) 3652-2279
	<b>Jaú</b>	Avenida Rodolpho Magnani - s/n	(14) 3622-2299
	<b>Macatuba</b>	Rua Sergipe - 1-36	(14) 3268-1750
	<b>Pederneiras</b>	Rua Belmiro Pereira - 367 - Sul	(14) 3284-1785

4ª RAJ - Campinas			
Circunscrição	Comarca	Endereço	Telefone
10ª CJ - Limeira	<b>Araras</b>	Avenida Antônio Prudente - 322	(19) 3541-1278
	<b>Cordeirópolis</b>	Rua Sete de Setembro - 350/376	(19) 3546-2500
	<b>Limeira</b>	Via Antonio Cruães Filho, 300 - Repartição Pública	(19) 3442-9077
11ª CJ - Pirassununga	<b>Leme</b>	Rua Bernardino de Campos - 770	(19) 3571-3590
	<b>Pirassununga</b>	Rua José Bonifácio - 70	(19) 3561-7088
	<b>Porto Ferreira</b>	Rua Doutor Carlindo Valeriani - 525 - Prédio Principal	(19) 3581-1605
	<b>Santa Rita do Passa Quatro</b>	Rua Victor Annibal Rosin - 251	(19) 3582-4431
34ª CJ - Piracicaba	<b>Capivari</b>	Rua Doutor João Adolfo Stein - 171	(19) 3491-1377
	<b>Cerquilha</b>	Avenida Washington Luiz - 2.501	(15) 3284-2191
	<b>Laranjal Paulista</b>	Avenida Prefeito Hermelindo Pillon - s/n	(15) 3283-1411
	<b>Monte Mor</b>	Rua João Carlos Gomes Carneiro - 12	(19) 3879-1302
	<b>Piracicaba</b>	Rua Bernardino de Campos nº 55	(19) 3433-4177
	<b>Rio das Pedras</b>	Rua Prudente de Moraes - 136	(19) 3493-1125
	<b>São Pedro</b>	Praça Adolpho Bonifácio Bragaia - s/nº	(19) 3481-3328
	<b>Tietê</b>	Av. XI de Agosto - 130	(13) 2821-731
50ª CJ - São João da Boa Vista	<b>Aguaí</b>	Rua Joaquim Paula Cruz - 900	(19) 3652-2024
	<b>Espírito Santo do Pinhal</b>	Avenida 9 de Julho - 90	(19) 3651-5855

	<b>São João da Boa Vista</b>	Avenida Doutor Octávio da Silva Bastos - 2.150	(19) 3366-2600
	<b>Vargem Grande do Sul</b>	Avenida Walter Tatoni - 343	(19) 3641-1019
53ª CJ - Americana	<b>Americana</b>	Avenida Brasil Sul - 2669	(19) 3406-1684
	<b>Hortolândia</b>	Rua Ímola, 75	(19) 3865-9020
	<b>Nova Odessa</b>	AV JOÃO PESSOA - 1270/1300 - Definitivo	(19) 3466-5996
	<b>Santa Bárbara d'Oeste</b>	Praça D.Carolina - 40	(19) 3463-2279
	<b>Sumaré</b>	Rua Antonio de Carvalho - 170	(19) 3873-2999
54ª CJ - Amparo	<b>Águas de Lindóia</b>	Rua Francisco Spartani - 66	(19) 3824-1960
	<b>Amparo</b>	Praça Tenente José Ferraz de Oliveira - 55	(19) 3807-3444
	<b>Jaguariúna</b>	Rua Sto. Antônio de Posse - 259	(19) 3867-0938
	<b>Pedreira</b>	Rua Odavilso Uttembergue - 80	(19) 3893-2814
	<b>Serra Negra</b>	Praça Barão do Rio Branco - 71	(19) 3892-2364
	<b>Socorro</b>	Praça 9 de Julho - 222	(19) 3895-1201
5ª CJ - Jundiaí	<b>Caieiras</b>	Rua Doutor Armando Pinto - 360	(11) 4442-0022
	<b>Cajamar</b>	Avenida Joaquim Janus Penteado - 96 - 39Km Via Anhanguera	(11) 4447-4073
	<b>Campo Limpo Paulista</b>	Rua Marechal Deodoro da Fonseca - 550	(11) 4039-2157
	<b>Francisco Morato</b>	Rua João Mendes Júnior - 626	(11) 4488-3381
	<b>Franco da Rocha</b>	Praça Ministro Nelson Hungria - 01	(11) 4444-1900
	<b>Itatiba</b>	Avenida Barão de Itapema - 181 - Edifício do Fórum	(11) 4538-3733
	<b>Itupeva</b>	Avenida Brasil - 1765, esquina c/ Rua Arnaldo Zumstein	(11) 4593-2473
	<b>Jundiaí</b>	Largo São Bento - s/n	(11) 4586-8111
	<b>Louveira</b>	Rua Antonio Schiamanna - 126	(19) 3878-1968
	<b>Várzea Paulista</b>	Av. Fernão Dias Paes Leme - 2323	(11) 4606-1877
	<b>Vinhedo</b>	Estrada da Boiada - 530	(19) 3876-3892
6ª CJ - Bragança Paulista	<b>Atibaia</b>	Rua Doutor José Roberto Paim - 99	(11) 3402-5532
	<b>Bragança Paulista</b>	Avenida dos Imigrantes - 1501	(11) 3404-5835
	<b>Jarinu</b>	Avenida Dr. Antenor Soares Gandra - 465	(11) 4016-4068
	<b>Nazaré Paulista</b>	R. Clementino de Almeida Passos - 35	(11) 4503-9811
	<b>Pinhalzinho</b>	Rua Boa Esperança - 266	(11) 4018-5128

	<b>Piracaia</b>	Rua Benedito Vieira da Silva - 300	(11) 4036-8283
7ª CJ - Mogi Mirim	<b>Artur Nogueira</b>	Rua 13 de Maio - 140/150	(19) 3827-1513
	<b>Conchal</b>	Rua XV de Novembro - 449	(19) 3866-4074
	<b>Itapira</b>	Praça Coronel Souza Ferreira - s/n	(19) 3863-0523
	<b>Mogi Guaçu</b>	Rua José Colombo - 45	(19) 3891-7910
	<b>Mogi Mirim</b>	Rua Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno - 60	(19) 3862-1407
8ª CJ - Campinas	<b>Campinas</b>	Rua Regente Feijó - s/nº - Prédio	(19) 3236-9440
	<b>Campinas</b>	Rua Dionizio Cazotti - 719	(19) 3229-9888
	<b>Cosmópolis</b>	R. RAMOS DE AZEVEDO - 365	(19) 3872-2504
	<b>Paulínia</b>	Praça Vinte e Oito de Fevereiro - 180	(19) 3874-1101
	<b>Valinhos</b>	Rua Professor Ataliba Nogueira, 36	(19) 3871-4100
9ª CJ - Rio Claro	<b>Brotas</b>	Praça Nove de Julho - 26	(14) 3653-1415
	<b>Itirapina</b>	Rua 1 - 180	(19) 3575-1270
	<b>Rio Claro</b>	Avenida 5 nº 535 - Centro	(19) 3524-4722
26ª CJ - Assis	<b>Assis</b>	Rua Doutor Lício Brandão de Camargo - 50	(18) 3322-6011
	<b>Cândido Mota</b>	Praça Antonio Pípolo - s/n	(18) 3341-1107
	<b>Maracá</b>	Avenida São Paulo - 440	(18) 3371-1182
	<b>Palmital</b>	Avenida Reginalda Leão - 1500	(18) 3351-1144
	<b>Paraguaçu Paulista</b>	Avenida Siqueira Campos - 1429	(18) 3361-2844
	<b>Quatá</b>	Avenida Rui Barbosa - 844	(18) 3366-1003
27ª CJ - Presidente Prudente	<b>Iepê</b>	Rua Minas Gerais - 343 - 1º andar	(18) 3264-1583
	<b>Martinópolis</b>	Rua José Henrique de Mello - 158	(18) 3275-1394
	<b>Pirapozinho</b>	Rua Dr. Carlos Alberto Leite Boulhosa, 525	(18) 3269-2708
	<b>Presidente Bernardes</b>	Rua Dr. Armando Falcone - s/n	(18) 3262-1020
	<b>Presidente Prudente</b>	Avenida Coronel José Soares Marcondes - 2201	(18) 3221-3144
	<b>Rancharia</b>	Rua Marcílio Dias - 615 - Prédio	(18) 3265-6841
	<b>Regente Feijó</b>	Rua Carlos Beltrami - 10	(18) 3279-3022
28ª CJ - Presidente Venceslau	<b>Mirante do Paranapanema</b>	Rua Maria Lucia Rodrigues de Almeida - 455	(18) 3991-1622
	<b>Presidente Epitácio</b>	Avenida Pres. Vargas - 1-31	(18) 3281-1222

	<b>Presidente Venceslau</b>	Avenida Faustino Rodrigues Azenha - 1500	(18) 3271-3644
	<b>Rosana</b>	Rua Curimbatá - 788/802 - Quadra 12	(18) 3284-5338
	<b>Santo Anastácio</b>	Praça Ataliba Leonel - 251	(18) 3263-2377
	<b>Teodoro Sampaio</b>	Avenida Manoel Guirado Segura - 2080	(18) 3282-2519
29ª CJ - Dracena	<b>Dracena</b>	Rua Bolívia - 147	(18) 3822-1156
	<b>Junqueirópolis</b>	Rua Porto Alegre - 1230	(18) 3941-1432
	<b>Pacaembu</b>	Av. São João - 1361	(18) 3862-1577
	<b>Panorama</b>	Rua Manoel Fernandes da Cunha - 1308	(18) 3871-1515
	<b>Tupi Paulista</b>	Rua Tiradentes - 877 - Andar Superior	(18) 3851-1211

5ª RAJ – Presidente Prudente			
CIRCUNSCRIÇÃO	Comarca	Endereço	Telefone
30ª CJ - Tupã	<b>Adamantina</b>	Avenida Adhemar de Barros - 133	(18) 3521-1814
	<b>Bastos</b>	Rua XV de Novembro - 50	(14) 3478-3001
	<b>Flórida Paulista</b>	Praça Gerson Veronese Ferracini - 184	(18) 3581-1123
	<b>Lucélia</b>	Praça José Firpo - s/nº	(18) 3551-1155
	<b>Osvaldo Cruz</b>	Avenida Estados Unidos - 480 - Térreo	(18) 3528-1817
	<b>Tupã</b>	Rua Colômbia - 200	(14) 3496-8033
31ª CJ - Marília	<b>Gália</b>	Avenida São José - 431	(14) 3274-1410
	<b>Garça</b>	Praça Doutor Martinho Funchal de Barros - 50	(14) 3406-1177
	<b>Marília</b>	Rua Lourival Freire - 120 - Bairro Fragata	(14) 3433-2233
	<b>Pompéia</b>	Rua Clementino José de Paula - 387	(14) 3452-1860

6ª RAJ – Ribeirão Preto			
CIRCUNSCRIÇÃO	Comarca	Endereço	Telefone
12ª CJ - São Carlos	<b>Descalvado</b>	Praça Dr. Luciano Esteves - s/n	(19) 3583-3880
	<b>Ibaté</b>	Rua Albano Buzo - 367	(16) 3343-2104
	<b>Ribeirão Bonito</b>	Rua Governador Pedro de Toledo - 231	(16) 3344-1160

	<b>São Carlos</b>	Rua Conde do Pinhal , 2061 - Centro - CEP 13560-648 - São Carlos - SP	(16) 3374-1255
13ª CJ - Araraquara	<b>Américo Brasiliense</b>	Rua D. Pedro II - 65	(16) 3392-1110
	<b>Araraquara</b>	Rua dos Libaneses - 1998	(16) 3336-1888
	<b>Borborema</b>	Rua Joaquim Martins Carvalho - 676	(16) 3266-1017
	<b>Iacanga</b>	Rua Padre Jorge Mattar - 150	(14) 3294-1747
	<b>Ibitinga</b>	Rua Prudente de Moraes - 570	(16) 3342-2112
	<b>Itápolis</b>	Avenida dos Amaros - 800	(16) 3262-1007
	<b>Matão</b>	Rua Leandro Bocchi - 560	(16) 3382-1113
38ª CJ - Franca	<b>Franca</b>	Av. Presidente Vargas - 2.650	(16) 3722-4499
	<b>Patrocínio Paulista</b>	Praça Nossa Senhora do Patrocínio - 1118	(16) 3145-1333
	<b>Pedregulho</b>	Praça Padre Luís Sávio - s/n	(16) 3171-1206
39ª CJ - Batatais	<b>Altinópolis</b>	Avenida Doutor Alberto Crivelenti - 555 - Prédio	(16) 3665-2211
	<b>Batatais</b>	Praça Doutor José Arantes Junqueira - 01	(16) 3761-5455
	<b>Brodowski</b>	Avenida Papa João XXIII, 1550 - 1550	(16) 3664-2666
	<b>Morro Agudo</b>	Rua Basilio Otavio - 313	(16) 3851-1855
	<b>Nuporanga</b>	Avenida Padre Geraldo Trossel - 369	(16) 3847-1104
	<b>Orlândia</b>	Praça Coronel Francisco Orlando - s/n	(16) 3826-1011
40ª CJ - Ituverava	<b>Guará</b>	Rua Carlos de Campos - 260	(16) 3831-3280
	<b>Igarapava</b>	Rua Capitão Antonio Augusto Maciel - 130	(16) 3172-5002
	<b>Ipuã</b>	Avenida Carlos Fernandes - 320	(16) 3832-3301
	<b>Ituverava</b>	Avenida Anhanguera - 778	(16) 3839-0388
	<b>Miguelópolis</b>	Rua Pedro Cristino da Silva - 1005 - Fórum	(16) 3835-2122
	<b>São Joaquim da Barra</b>	Travessa Cleiton Zanini, s/n	(16) 3818-0466
41ª CJ - Ribeirão Preto	<b>Cajuru</b>	Rua José Bonifácio - 817	(16) 3667-3033
	<b>Cravinhos</b>	Avenida Fagundes - 29	(16) 3951-1250
	<b>Jardinópolis</b>	Praça Doutor Mário Lins - s/n	(16) 3663-4121
	<b>Pontal</b>	Rua João dos Reis - 544	(16) 3953-1131
	<b>Ribeirão Preto</b>	Rua Alice Alem Saadi, 1010	(16) 3629-0004
	<b>Santa Rosa de Viterbo</b>	Rua Francisco Carvalho de Andrade - 121	(16) 3954-1506

	<b>São Simão</b>	Rua 20 de Agosto - 258	(16) 3984-1293
	<b>Serrana</b>	Avenida Habib Jabali - 500	(16) 3987-2021
	<b>Sertãozinho</b>	Avenida Pedro Strini - 71	(16) 3521-1554
42ª CJ - Jaboticabal	<b>Guariba</b>	Rua Feres Sadalla - 761 - Prédio	(16) 3251-1116
	<b>Jaboticabal</b>	Praça do Café - s/n	(16) 3203-3211
	<b>Monte Alto</b>	Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros - 1251	(16) 3242-6006
	<b>Pirangi</b>	Travessa Vereador Rafael João Giglio - s/n	(17) 3386-2366
	<b>Pitangueiras</b>	Rua Doutor Euclides Zanini Caldas - 713	(16) 3952-1115
	<b>Taquaritinga</b>	Rua Duque de Caxias - 267	(16) 3252-5533
43ª CJ - Casa Branca	<b>Caconde</b>	Praça Coronel Gustavo Ribeiro - 50	(19) 3662-1392
	<b>Casa Branca</b>	Praça Ministro Costa Manso - 78	(19) 3671-2091
	<b>Mococa</b>	Avenida Doutor Gabriel do Ó - 1203	(19) 3656-0101
	<b>Santa Cruz das Palmeiras</b>	Avenida do Café - 665	(19) 3672-1296
	<b>São José do Rio Pardo</b>	Praça dos Três Poderes - 03	(19) 3608-4491
	<b>São Sebastião da Gramma</b>	Praça São Sebastião - 126	(19) 3646-1573
	<b>Tambaú</b>	Rua Campos Salles - 345	(19) 3673-1053

7ª RAJ - Santos			
CIRCUNSCRIÇÃO	Comarca	Endereço	Telefone
1ª CJ - Santos	<b>Bertioga</b>	Avenida Anchieta - 162/192	(13) 3317-3635
	<b>Cubatão</b>	Avenida Joaquim Miguel Couto - 320	(13) 99718-9677
	<b>Guarujá</b>	Rua Silvio Daige - 280	(13) 3386-2950
	<b>Praia Grande</b>	Avenida Doutor Roberto de Almeida Vinhas - 9101	(13) 3471-1200
	<b>Santos</b>	Praça Patriarca José Bonifácio - s/nº	(13) 3222-4919
	<b>São Vicente</b>	Rua Jacob Emerich - 1367	(13) 3467-6650
21ª CJ - Registro	<b>Cananéia</b>	Rua Pero Lobo - 75	(13) 3851-1235
	<b>Eldorado</b>	Rua Professor Francisco Canto - 14	(13) 3871-1248
	<b>Iguape</b>	Rua dos Estudantes - 106	(13) 3841-1475
	<b>Jacupiranga</b>	Avenida Presidente Kennedy - 299	(13) 3864-1021

	<b>Juquiá</b>	Rua Major Martins Coelho - 439	(13) 3844-1911
	<b>Miracatu</b>	Avenida Dona Evarista de Castro Ferreira - 50 - Centro	(13) 3847-1183
	<b>Pariquera-Açu</b>	Av. Doutor Fernando Costa - 215	(13) 3856-2261
	<b>Registro</b>	Rua Jerônimo Monteiro Lopes - 93	(13) 3821-1010
56ª CJ - Itanhaém	<b>Itanhaém</b>	Avenida Rui Barbosa - 867	(13) 3422-1215
	<b>Itariri</b>	Rua Engº José Claret de Toledo Goulart - 41	(13) 3418-1587
	<b>Mongaguá</b>	Avenida São Paulo - 300	(13) 3448-1227
	<b>Peruíbe</b>	Rua Nilo Soares Ferreira - 185	(13) 3455-5400

8ª RAJ – São José do Rio Preto			
CIRCUNSCRIÇÃO	Comarca	Endereço	Telefone
14ª CJ - Barretos	<b>Barretos</b>	Avenida Centenário da Abolição - 1500	(17) 3322-5700
	<b>Bebedouro</b>	Avenida Oswaldo Perrone - 218 - Prédio	(17) 3342-5333
	<b>Colina</b>	Rua Nestor Silveira Guimarães - 45	(17) 3341-2284
	<b>Guaíra</b>	Avenida 17 - 414	(17) 3331-2186
	<b>Monte Azul Paulista</b>	Rua Floriano Peixoto - 515	(17) 3361-1525
	<b>Olímpia</b>	Rua Engenheiro Reid - 377	(17) 3281-1927
	<b>Viradouro</b>	Rua José Borelli - 10	(17) 3392-1416
15ª CJ - Catanduva	<b>Catanduva</b>	Parque da Américas - 55	(17) 3522-2299
	<b>Itajobi</b>	Rua Said Farhat - 100	(17) 3546-1996
	<b>Novo Horizonte</b>	Rua São Sebastião - 779	(17) 3542-1460
	<b>Santa Adélia</b>	Praça Doutor Adhemar de Barros - 255 - Centro	(17) 3571-1134
	<b>Tabapuã</b>	Rua Eugênio Ulian - 1265	(17) 3562-1134
	<b>Urupês</b>	Praça Jardim Bela Vista - s/n - Praça	(17) 3552-1224
16ª CJ - São José do Rio Preto	<b>Macaubal</b>	Rua Sebastião Dib - 668 - térreo	(17) 3874-1908
	<b>Mirassol</b>	Rua Floriano Peixoto - 17-50	(17) 3242-3001
	<b>Monte Aprazível</b>	Rua Monteiro Lobato - 269	(17) 3275-1705
	<b>Neves Paulista</b>	Rua Rui Barbosa - 100 - Centro	(17) 3271-2104
	<b>Nova Granada</b>	Avenida Doutor Hidelberto Albuquerque Ferreira - 1001	(17) 3262-1040

	<b>Palestina</b>	Rua Capitão Faria - 1048	(17) 3293-1341
	<b>Paulo de Faria</b>	Rua XV de Novembro - 809	(17) 3292-1124
	<b>Potirendaba</b>	Rua Pedro Siqueira - 1042	(17) 3249-1788
	<b>São José do Rio Preto</b>	Rua Marechal Deodoro da Fonseca - 3036 - Palácio da Justiça	(17) 3231-8936
	<b>Tanabi</b>	Praça Stélio Machado Loureiro, - 273	(17) 3272-1345
17ª CJ - Votuporanga	<b>Cardoso</b>	Rua Urias de Paula e Silva - 1351	(17) 34530-1002
	<b>José Bonifácio</b>	Av. Monsenhor Ângelo Angioni - 1.000	(17) 3245-1390
	<b>Nhandeara</b>	Rua Raul Cardoso de Souza, 197	(17) 3472-1510
	<b>Votuporanga</b>	Rua Espírito Santo - 2497	(17) 3421-5866
18ª CJ - Fernandópolis	<b>Estrela d'Oeste</b>	Rua Minas Gerais - s/n	(17) 3833-1269
	<b>Fernandópolis</b>	Avenida Raul Gonçalves Jr. - 850	(17) 3442-4088
	<b>General Salgado</b>	Rua Azílio Antonio do Prado - 991 - Prédio	(17) 3832-1206
	<b>Ouroeste</b>	Av. Paulo Brasil Ferreira Velloso - 1.350	(17) 3843-1733

9ª RAJ – São José dos Campos			
CIRCUNSCRIÇÃO	Comarca	Endereço	Telefone
46ª CJ - São José dos Campos	<b>Jacareí</b>	Praça dos Três Poderes - s/n	(12) 3953-5111
	<b>Paraibuna</b>	Rua Major João Elias Calazans - 565	(12) 3974-0067
	<b>Salesópolis</b>	Rua Antonio Pereira de Souza - 30 - Térreo	(11) 4696-1248
	<b>Santa Branca</b>	Rua Coronel Alfredo de Lima - 90	(12) 3972-0103
	<b>São José dos Campos</b>	Avenida Salmão - 678	(12) 3878-7100
47ª CJ - Taubaté	<b>Caçapava</b>	Praça da Bandeira - 177	(12) 3653-5600
	<b>Campos do Jordão</b>	Avenida Doutor Januário Miraglia - 1200	(12) 3662-2120
	<b>Pindamonhangaba</b>	Rua Alcides Ramos Nogueira - nº 780 - Residencial Real Ville	(12) 3643-2784
	<b>São Bento do Sapucaí</b>	Rua Capitão Procópio Marcondes Azeredo - 43	(12) 3971-1380
	<b>São Luiz do Paraitinga</b>	Via de Acesso Vereador José Adolfo Pinto de Souza - s/n	(12) 3671-1170
	<b>Taubaté</b>	Praça Monsenhor Silva Barros - s/n	(12) 3631-3040
48ª CJ - Guaratinguetá	<b>Tremembé</b>	Rua Costa Cabral - 1183	(12) 3672-3554
	<b>Aparecida</b>	Avenida Padroeira do Brasil - 180	(12) 3105-2545

	<b>Bananal</b>	Praça Rubião Jr. 305	(12) 3116-1359
	<b>Cachoeira Paulista</b>	Praça Prefeito Prado Filho - s/n	(12) 3101-1611
	<b>Cruzeiro</b>	Rua Francisco Marzano - 100 - Prédio	(12) 3144-3600
	<b>Cunha</b>	Praça Doutor Prudente Guimarães - 12	(12) 3111-1406
	<b>Guaratinguetá</b>	Av. Dr. Ariberto Pereira da Cunha - 280	(12) 3125-4907
	<b>Lorena</b>	Rua Doutor Eptácio Santiago - 99 - Edifício	(12) 3153-1974
	<b>Piquete</b>	Rua Professora Maria de Lourdes Brito Vilar - s/n	(12) 3156-1644
	<b>Queluz</b>	Praça Portugal - 174	(12) 3147-1390
	<b>Roseira</b>	Rua Dom Epaminondas - 54	(12) 3646-1400
51ª CJ - Caraguatatuba	<b>Caraguatatuba</b>	Praça Doutor José Rebello da Cunha - 73	(12) 3882-1990
	<b>Ilhabela</b>	Rua Benedito dos Anjos Sampaio - 29	(12) 3895-8708
	<b>São Sebastião</b>	Rua Emídio Orselli - 333	(12) 3892-3118
	<b>Ubatuba</b>	Rua Sérgio Lucindo da Silva - 571	(12) 3833-8684

10ª RAJ - Sorocaba			
CIRCUNSCRIÇÃO	Comarca	Endereço	Telefone
19ª CJ - Sorocaba	<b>Ibiúna</b>	Praça Monsenhor Antonio Pepe - 2	(15) 3241-1566
	<b>Mairinque</b>	Avenida Doutor Gaspar Ricardo Jr. - 185	(11) 4708-3368
	<b>Piedade</b>	Praça Raul Gomes de Abreu - 73	(15) 3244-1301
	<b>Pilar do Sul</b>	Praça Padre Luis Trentini - 330	(15) 3278-1981
	<b>Salto de Pirapora</b>	Rua Francisco de Barros Leite - 708 - Térreo	(15) 3292-2335
	<b>São Roque</b>	Avenida John Fitzgerald Kennedy - 355- Prédio	(11) 4712-2200
	<b>Sorocaba</b>	Rua 28 de Outubro - 691	(15) 3228-5148
	<b>Votorantim</b>	Avenida Luiz do Patrocínio Fernandes - 762	(15) 3243-3944
20ª CJ - Itu	<b>Boituva</b>	Rua Manoel dos Santos Freire - 161	(15) 3263-2120
	<b>Cabreúva</b>	Rua Adhemar Clemente Nunes - 11	(11) 4529-3800
	<b>Indaiatuba</b>	Rua Ademar de Barros, 774	(19) 3875-5837
	<b>Itu</b>	Rua Luiz Bolognesi - s/n	(11) 4022-1101
	<b>Porto Feliz</b>	Avenida José Maurino - 252	(15) 3262-1217

	<b>Salto</b>	Avenida Dom Pedro II - 261	(11) 4029-6817
22ª CJ - Itapetininga	<b>Angatuba</b>	Rua Públio de Almeida Melo - 832	(15) 3255-1311
	<b>Cesário Lange</b>	Rua do Comércio, 691 - Térreo	(15) 3246-3054
	<b>Itapetininga</b>	Praça Três Poderes - s/n	(15) 3273-4003
	<b>Porangaba</b>	Rua Vereador Braz Gica da Paz - 193	(15) 3257-1250
	<b>São Miguel Arcanjo</b>	Rua Bento França - 332	(15) 3279-1613
	<b>Tatuí</b>	Avenida Virginio Montezzo Filho - 2009	(15) 3251-4013
49ª CJ - Itapeva	<b>Apiáí</b>	Praça Francisco Xavier da Rocha - 182	(15) 3552-1444
	<b>Buri</b>	Rua Carlos Alberto Pereira Júnior - 549	(15) 3546-2441
	<b>Itaberá</b>	Rua Coronel José Pedro de Lima - 266	(15) 3562-1530
	<b>Itapeva</b>	Avenida Dona Paulina de Moraes - 444 - 1º andar	(15) 3522-0444
	<b>Itaporanga</b>	Avenida Santa Cruz - 59	(15) 3565-1433
	<b>Itararé</b>	Rua Frei Caneca - 982 - 1º andar	(15) 3532-4141

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé  
São Paulo - Capital

#### REFERÊNCIAS:

Modalidade: *Pregão Eletrônico*

N.º do Processo: 2026/009133

N.º do Pregão Eletrônico: 90021/2026

Tipo: *Menor Preço*

Data da Abertura da Sessão Pública: *Dia 11/03/2026*

Horário: *11:00 horas*

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:
  - ☐ Microempresa (ME);
  - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
  - ☐ Sociedade cooperativa;
  - ☐ Outras.

- 4) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado de São Paulo.
- 5) inexistente em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.
- 6) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.5.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

## ANEXO III

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

DO CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a CONTRATADA, \_\_\_\_\_, estabelecida(o) a \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada(o) por \_\_\_\_\_ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A CONTRATADA DECLARA e compromete-se:
  - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) \_\_\_\_\_ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A CONTRATADA, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à CONTRATADA, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da contratada;
  - b) A armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
  - d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
  - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
  - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
  - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
  - i) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A CONTRATADA deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, no presente contrato. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência do CONTRATO.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
(Assinado Digitalmente)

**CONTRATADA**  
(Assinado Digitalmente)

# ANEXO IV - Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços



TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

26/01/2026 - 13:47

Relatório de Resultado da Pesquisa

Página: 1 de 2

Nº do processo: 2026/00009133

Nº compra: 0012/2026

Critério de julgamento: Provimento CSM nº 2724/2023

Composição do preço: Não excluir valores

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacinas tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior.

Condições de pagamento:

Garantia/validade mínima:

Validade da proposta:

Data da pesquisa: 26/01/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SGP 5.3 - Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde	0000001/2026	Despesa

Empresas que apresentaram preços	CPF/CNPJ	Contato	Telefone	E-mail	Validade prop.	Data envio prop.
P001 - BANCO DE PREÇOS - COTAÇÃO DE PREÇOS						
P002 - Compras.gov.br						
P003 - PNCP						

## Valores a licitar

### Lote 1 - fornecimento de vacina e aplicação

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qt. licitar por parcela	Parcelas	Periodicidade	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003
0001	55.1122	Serviço de fornecimento e aplicação de vacina tetravalente contra a gripe (Influenza)	UNID	40.000	1	Entrega única		126080	97,50	90,53	82,79
Valor total da proposta por participante:									97,50	90,53	82,79

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qt. licitar por parcela	Parcelas	Periodicidade	Compras.gov	SIAFISICO	Referência	Valor por parcela	Total
0001	55.1122	Serviço de fornecimento e aplicação de vacina tetravalente contra a gripe (Influenza)	UNID	40.000	1	Entrega única		126080	90,27	3.610.800,00	3.610.800,00
Valor total da proposta por participante:									90,27	3.610.800,00	3.610.800,00

Valor total da licitação	3.610.800,00
--------------------------	--------------

**Nº do processo:** 2026/00009133**Nº compra:** 0012/2026**Critério de julgamento:** Provimento CSM nº 2724/2023**Composição do preço:** Não excluir valores**Objeto:** Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacinas tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior.**Condições de pagamento:****Garantia/validade mínima:****Validade da proposta:****Data da pesquisa:** 26/01/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SGP 5.3 - Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde	0000001/2026	Despesa

**Informações do contrato****Nº Pedido:** 0000001/2026**Tipo de contratação:** Licitação**Existe contrato vigente para o objeto:** Não**Objeto deste pedido está inserido na Proposta Orçamentária Setorial(POS) vigente?** Sim

## Relatório de Pesquisa de Preços<sup>i</sup>

Instrução Normativa TJSP nº 006/2024

Nº Processo: 2026/9133

### 1. Objeto (inc. I do art. 3º)

Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital da Grande São Paulo e do Interior.

### 2. Caracterização das fontes consultadas (inc. III do art. 3º)

Fonte	Descrição	Fls.
Banco de Preços (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma contratada pelo TJSP para facilitar a pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública.	91 a 94
Compras.Gov (inc. I e II do art. 4º)	Ferramenta do Governo Federal que disponibiliza dados e informações de compras públicas.	95 a 96
PNCP (inc. I e II do art. 4º)	Portal Nacional de Contratações Públicas – sítio oficial em que estão publicadas as informações sobre as contratações públicas.	97 a 98
Banco de Preços em Saúde - BPS - (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma gerida pelo Ministério da Saúde para registrar informações sobre compras públicas e privadas de medicamentos e dispositivos médicos.	99 a 101
TJSP (inc. II do art. 4º)	Não foram utilizados dados de Contratações similares do próprio Tribunal de Justiça.	Não se aplica
Mídia especializada (inc. III do art. 4º)	Não foi utilizado dado de pesquisa publicada em mídia especializada/tabela de referência.	Não se aplica
Pesquisa direta com fornecedor (inc. IV do art. 4º)	Não houve pesquisa direta com fornecedores privados.	Não se aplica
Base Nacional de Notas Fiscais (inc. V do art. 4º)	Não foram utilizados dados de pesquisas da base Nacional de notas fiscais.	Não se aplica

### 3. Série de preços coletados (inc. IV do art. 3º) e indicação clara do valor estimado (inc. VIII do art. 3º)

Item	Código/ALX	Descrição	Qtde.	Preço de Referência	
				unitário	total
1	55.1122	Serviço de Fornecimento e aplicação de vacina tetravalente contra a gripe influenza	40.000	90,27	3.610.800,00

Os documentos que deram suporte aos preços estão instruídos às páginas 91 a 101.

O valor total de referência para a contratação é de R\$ 3.610.800,00.

### 4. Justificativa para a utilização, isolada ou combinada, dos parâmetros de pesquisa (inc. V do art. 3º) e inc. I e II do art. 4º)

Como parâmetros de pesquisa foram utilizadas fontes correlatas ao inciso I do art. 4º, resultado de consultas de outras licitações registradas em plataformas do Banco de Preços, Compras.Gov, Portal Nacional de Contratações Públicas e Banco de Preços em Saúde, páginas 91 a 101. Deixou-se de utilizar o resultado encontrado na plataforma **Banco de Preços em Saúde**, uma vez que o relatório disponível apresenta apenas **uma cotação**, referente a **produto genérico**, cuja **data de homologação é 02/05/2022**. Além de se tratar de preço **desatualizado**, o relatório não esclarece se o item inclui a prestação de **serviços**, conforme especificado na caracterização do objeto pretendido, o que inviabiliza sua utilização como parâmetro de pesquisa.

### 5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (inc. VI, art. 3º)

A definição do valor estimado foi feita com base na média de preços obtidos em plataformas de pesquisa: Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas.

### 6. Justificativa para metodologia aplicada (inc. VII do art. 3º)

Os resultados obtidos em registros das fontes de pesquisa relacionadas ao inciso I do artigo 4º, da IN 006/2024 foram suficientes para definição dos preços referenciais, que teve como base a média de preços resultantes de consultas às plataformas: Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas.

### 7. Justificativa para escolha dos fornecedores (inc. IX do art. 3º) e (inc. I do art. 4º)

Não houve pesquisa com fornecedores.

### 8. Servidores responsáveis (inc. II do art. 3º)

- Guaraci da Silva Ferreira, matrícula: 361.736 – Chefe de Seção.

## 9. Conclusão da pesquisa de preços realizada.

Trata-se de procedimento com vista à contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacinas tetravalente, contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando magistrados, servidores, funcionários cedidos de outro órgão, estagiários e funcionários terceirizados, que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD de páginas 07 a 12, Estudo Técnico Preliminar de páginas 13 a 27 e Termo de Referência, páginas 55 a 68.

Após consultas ao site do Banco de Preços em Saúde, o resultado obtido mostra registro de cotação única de produto genérico, sem demonstrar se inclui serviços, como especificados na caracterização do objeto pretendido, além de apresentar data de homologação antiga, 02/05/2022. Considerando as condições acima descritas, os resultados dessa fonte de pesquisa deixaram de ser utilizados na composição dos cálculos dos preços referenciais.

Serviram de parâmetros de pesquisa, os resultados obtidos em consultas ao Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas, fontes correlatas ao inciso I do art. IV, da IN 006/2024, conforme documentado às páginas 91 a 98.

Para definição dos preços de referência, foi utilizada a média dos resultados obtidos nas consultas realizadas às plataformas citadas, conforme demonstrado no resultado da pesquisa, página 104/105.

Os códigos dos produtos cadastrados no catálogo Catmat constam relacionados no documento de páginas 102 e os registros do sistema SIAFISICO, páginas 103 e no resultado de página 104 a 105.

Assim, encaminhamos para prosseguimento.

São Paulo, data registrada em sistema.

Guaraci da Silva Ferreira  
Chefe de Seção  
SAAB 5.2.2.2

Adriana A. M. Carvalhaes  
Supervisora  
SAAB 5.2.2

## ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

*Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a \_\_\_\_\_, para o fornecimento e aplicação de vacinas tetravalentes, contra a gripe, destinada a magistrados, servidores, funcionários cedidos de outros órgãos, estagiários e funcionários terceirizados, de acordo com o Pregão Eletrônico nº [\_\_\_/\_\_\_] integrante do **Processo nº 9133/2026**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 do Tribunal de Justiça de São Paulo Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 09/2005, 181/2013, 207/2015, 229/2016 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, bem como de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo [\_\_\_cargo do representante\_\_\_], o Dr. [\_\_\_Nome do Representante\_\_\_], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [\_\_\_-\_\_\_] e do C.P.F. nº [\_\_\_-\_\_\_], e a [**NOME DA EMPRESA**], estabelecida na [\_\_\_Endereço, Cidade e Estado\_\_\_], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº [\_\_\_/\_\_\_], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) [\_\_\_cargo do representante\_\_\_], o Sr (a) [\_\_\_Nome do Representante\_\_\_], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [\_\_\_-\_\_\_] e do C.P.F. nº [\_\_\_-\_\_\_], assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1-** O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacinas tetravalente, contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando magistrados, servidores, funcionários cedidos de outro órgão, estagiários e funcionários terceirizados, que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior, que constituem um Lote Único, pelo regime de empreitada por preço unitário.

**1.2-** Catálogo de Serviços (CatSer): 25364 – Serviço de Vacinação.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

**2.1-** Os serviços serão executados em conformidade com as Cláusulas do presente Instrumento e os termos dos seus anexos, que ficam fazendo parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como segue:

**2.1.1** - Anexo I — Termo de Referência;

**2.1.2** - Anexo I-A – Locais e Quantidades;

**2.1.3** - Anexo I-B – Endereços;

**2.1.4** - Anexo II – Proposta Comercial;

**2.1.5** - Anexo III – Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados;

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

**3.1-** O prazo de execução dos serviços será conforme o descrito no Item 7 do Anexo I contados da data de emissão da Ordem de início da prestação de serviços e fornecimento a ser emitida pelo(a) Gestor(a).

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

**4.1-** A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:

**4.1.1-** Iniciar a prestação dos serviços conforme o Anexo I – Termo de Referência.

**4.1.2-** Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.

**4.1.3-** Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.

**4.1.4-** Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.

**4.1.5-** Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.

**4.1.6-** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência

Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do Inciso XVII, Artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.1.6.1** - Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 4.1.6 com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

**4.2-** É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.

**4.3** - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**4.3.1** - Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

**4.3.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**4.3.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**4.3.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

**4.4** - Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade quanto ao disposto no subitem anterior e que, se aprovado, deverá ser formalizado através de termo aditivo.

#### **4.5-Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**4.5.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

**4.5.2-** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

**4.5.2.1-** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

**4.5.2.2-** Nome da empresa contratada;

**4.5.2.3-** Descrição sucinta dos acontecimentos.

**4.5.3-** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do

assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br);

**4.5.4-** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: [atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557);

**4.5.5-** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:

**5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.

**5.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.

**5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.

**5.2-** O CONTRATANTE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

**6.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TJ/SP, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.

**6.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores designados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência do Tribunal.

**6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas

comunicando-as à CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

- 6.4-** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa CONTRATADA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

- 7.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual devem ser realizados na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 7.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência.
- 7.3-** Na ausência de prazos no Anexo I – Termo de Referência, fica estabelecido que:
- 7.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 7.3.2-** O recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 7.4-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 7.5-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 7.6-** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas no contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

### CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

- 8.1-** Pela execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os valores discriminados na Proposta Comercial - ANEXO II, conforme quadro abaixo:

Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	55.1122	Fornecimento de vacina e aplicação	Unidade	24.000		
02	55.1122	Fornecimento de vacina e aplicação excedente	Unidade	16.000		

- 8.2-** No preço convencionado, incluem-se todos os gastos inerentes às obrigações legais e recursos indispensáveis à execução deste Contrato, tais como: impostos, taxas, emolumentos, ensaios, testes, equipamentos, ferramentas, materiais, instrumentos, vistorias, medições, prospecções, avaliações, transportes, seguros, mão de obra com todos os seus insumos, inclusive adicional noturno, projetos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

### **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1-** O prazo para pagamento será conforme o item 9.5 do Anexo I – Termo de Referência.
- 9.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989 e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.
- 9.3-** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a CONTRATADA comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 9.4-** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 9.5-** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (CONTRATADA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 9.2.
- 9.5.2-** A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.
- 9.5.3-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste contrato, na nota de empenho, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (CONTRATADA) e ao(à)

Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que neste caso o prazo previsto no subitem 9.1 será interrompido.

- 9.5.4-** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 9.6-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que foi verificada a autenticidade da NF-e.
- 9.6.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br) consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.6.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.7-** A empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos artigos 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, §1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, §4º).
- 9.8-** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB e nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 9.9-** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a CONTRATADA estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.
- 9.9.1-** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado a partir de **26/01/2026**, data do orçamento estimado, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

**11.1-** O valor total do presente contrato é de **R\$ XX.XXX,XX**.

**11.2-** As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da classificação da despesa ....., da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data estipulada na **Ordem de Início da Prestação de Serviços/Fornecimento**, a ser emitida pelo(a) Gestor(a).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

**13.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.

**13.2-** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulados nos Anexos deste Contrato, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**13.2.1-** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

**13.2.2-** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do CONTRATANTE;

**13.2.3-** 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

**13.2.4-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

**13.2.5-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;

- 13.2.6-** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, incluindo a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, ou execução de serviço de garantia em obra;
- 13.3-** A CONTRATADA que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedido de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 13.4-** A CONTRATADA que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 13.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 13.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 13.4.
- 13.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.6-** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao CONTRATANTE a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 13.7-** O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

- 13.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela CONTRATADA, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO**

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NORMAS**

- 15.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato e do edital, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como toda a legislação atinente à matéria.
- 15.2-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 15.2.1-** A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 15.2.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 15.2.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 15.2.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e terá seu extrato publicado Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA declara ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, o qual passa a fazer parte integrante deste CONTRATO como Anexo III.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

**NADA MAIS.** Lido e achado conforme pelas partes, lavrou-se este contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

[REPRESENTANTE DO TRIBUNAL]

[\_\_\_\_cargo do representante\_\_\_\_]

(assinado digitalmente)

[REPRESENTANTE DA EMPRESA]

[\_\_\_\_cargo do representante\_\_\_\_]

(assinado digitalmente)